

A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS – UM ESTUDO NO COLEGIADO TERRITORIAL DO MATO GRANDE (RN)

THE POLITICAL REPRESENTATION OF SOCIAL MOVEMENTS- A STUDY IN THE TERRITORIAL COLLEGIATE OF MATO GRANDE (RN).

Joana Tereza Vaz de Moura

Doutora em Ciência Política
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
joanateresa@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como principal objetivo compreender a representação política dos movimentos sociais a partir do contexto do desenvolvimento territorial, particularmente após a criação dos colegiados territoriais, espaços de articulação entre a sociedade civil e o Estado. Procura-se apontar como a criação dos colegiados territoriais pode influenciar na criação de novas maneiras de intervenção e de relacionamento com os demais membros do movimento, além da busca de novos caminhos e meios de legitimação política. O eixo teórico da análise fundamenta-se na abordagem relacional. A partir de uma pesquisa no Colegiado Territorial do Mato Grande, Rio Grande do Norte, Brasil, percebe-se que os movimentos sociais ainda estão se adequando a essa nova problemática e ao novo espaço (Colegiado), na medida em que recriam estratégias e reformulam interesses pautados nessas novas perspectivas de espacialidade.

Palavras-chave: movimentos sociais. Estado. Representação política. Relações sociais.

Abstract

This article has as main objective to understand the political representation of social movements from the context of territorial development, especially after the establishment of territorial collegiates, spaces of articulation between civil society and the state. It seeks to show how the creation of those colleges can influence the new ways of intervention and relationship with members of the movement, beyond seeking new ways and means of political legitimation. The theoretical basis of this analysis is the relational approach. From a research carried out in the Territorial Collegiate of Mato Grande, Rio Grande do Norte, Brazil, it is possible to see that social movements are still adjusting to this new problematic and to that new space (Collegiate), to the extent that they recreate strategies and review their interests based upon those new spacial perspectives.

Key-words: social movements. State. Political representation. Social relations.

Introdução

O artigo tem como objeto de estudo a representação política dos movimentos sociais no âmbito do Colegiado Territorial do Mato Grande/RN. Entende-se o Colegiado como um espaço de representação diversificado em que se relacionam representantes da sociedade civil e os representantes do poder público na intenção de discutir a proposição e o direcionamento das políticas públicas para o território.

As discussões sobre desenvolvimento territorial vêm despertando cada vez mais o interesse dos cientistas sociais. A perspectiva territorial do desenvolvimento tem sido utilizada como elemento de balizamento para as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento com fins sociais. Muitas vezes porque esse conceito vem sendo utilizado como “salvador do meio rural”, especialmente a partir do reconhecimento pelo Estado de que as políticas nacionais e centralizadas foram incapazes de perceber as diferenciações regionais e, portanto, não conseguiram diminuir as desigualdades sociais.

A política de desenvolvimento territorial inscreve-se no âmbito estratégico desta concepção de desenvolvimento rural, simbolizando a emergência de lógica de ordenamento do território. Ela visa instaurar um quadro de gestão na função pública, implicando o Estado e o conjunto dos atores sociais.

A ideia de território pode igualmente ser concebida como “uma arena de influência”, arena de ação e gestão do local onde se confrontam e enfrentam-se os atores implicados na sua estruturação (Brunet apud VIEIRA E CAZELLA, 2008; SABOURIN, 2002). Desse ponto de vista, podemos dizer que o território se constitui como o resultado de um processo de reprodução e, sobretudo, de apropriação do espaço por atores ou grupos sociais. Neste sentido, os diferentes atores sociais que compõem esses espaços podem modificar as suas ações diante desse olhar do Estado para a realidade do mundo rural, principalmente através de políticas públicas específicas, como por exemplo, o Programa Territórios da Cidadania, criado em 2008.

Assim, este artigo tem como principal objetivo compreender como os movimentos sociais rurais criam novas estratégias de representação política no contexto do desenvolvimento territorial, particularmente após a criação dos colegiados territoriais. Procura-se apontar como a criação dos colegiados territoriais pode influenciar na criação de novas maneiras de intervenção e de relacionamento com os

demais membros do movimento, além da busca de novos caminhos e meios de legitimação política.

A partir de uma pesquisa no Colegiado Territorial do Mato Grande, RN, pretende-se fazer essas reflexões, buscando sistematizar as contribuições de alguns autores, identificados com a sociologia relacional, para entender a representação política dos movimentos sociais. Foram utilizados dados coletados através de dois projetos: um projeto maior financiado pelo MDA/CNPQ, denominado *Gestão de Políticas Públicas e Controle Social em Territórios da Cidadania: mapeamento, sistematização e avaliação de Programas de Desenvolvimento Sustentável no Mato Grande*; e um outro projeto cadastrado na Universidade, sem recursos financeiros, denominado *Mediadores sociais e a relação com agricultores familiares no processo de gestão compartilhada das políticas públicas territoriais: um estudo no Colegiado Territorial Mato Grande/ RN*. Ambos os projetos estão em andamento, mas já fornecem algumas informações relevantes e essenciais para o desenvolvimento dos argumentos.

Além desses dados, foram utilizados também informações obtidas por observação direta nas reuniões do Colegiado do Mato Grande/RN, questionários aplicados com alguns representantes no Colegiado e entrevistas semi-estruturadas com oito representantes de diversos movimentos sociais atuantes no Território.

O artigo está dividido em quatro partes fundamentais, além desta introdução. A primeira parte refere-se à discussão territorial do desenvolvimento, buscando introduzir a criação dos espaços institucionais dos colegiados territoriais. Na segunda parte do texto apresenta-se uma síntese da proposta teórica referenciada sobre representação política, trazendo as contribuições de alguns autores identificados com a sociologia relacional. Num terceiro momento, apresenta-se o Território Mato Grande e como o colegiado foi criado, mostrando como agem os movimentos sociais no âmbito do colegiado, ressaltando a representação política e a construção dos interesses. Por fim, apresentam-se as considerações finais, ressaltando a necessidade de apreender o processo de construção e atuação dos atores sociais a partir de seu pertencimento a um espaço relacional e dinâmico.

Desenvolvimento territorial e espaços de participação

Nestes últimos anos, a abordagem territorial do desenvolvimento aparentemente consolida-se como “um instrumento teórico-metodológico” de referência. Ela tem subsidiado estratégias e políticas de desenvolvimento. Trata-se de um “instrumento” que incorpora novas reformulações no que se refere ao campo das políticas econômicas, sociais, ambientais e territoriais, provocando mudanças importantes e significativas no contexto das intervenções em matéria de desenvolvimento. Os seus princípios e os seus dispositivos metodológicos orientam-se para o apoio às práticas características da gestão participativa do território.

Particularmente a partir do início dos anos 1990, com o agravamento da crise econômica e conseqüentemente da exclusão social, impulsionam-se grandes transformações estruturais no âmbito da ação pública. Estas transformações marcaram, portanto, uma ruptura na maneira de analisar e pensar o desenvolvimento rural. Esta ruptura impôs novos critérios de ações e de avaliação no que se refere ao desenvolvimento. Neste sentido, o desenvolvimento rural como sinônimo exclusivamente de desenvolvimento agrícola perde a importância. A introdução desses novos critérios, as noções como as de meio ambiente sustentável e a de qualidade de vida provocam mudanças significativas relativas ao conteúdo conceitual da noção de desenvolvimento. Do mesmo modo, é evidente que a mudança de critérios e de métodos de abordagem do desenvolvimento, também conduziu a transformações essenciais em termos de estratégias da ação pública e, particularmente, nos princípios das ações do Estado (SCHNEIDER, 2004).

Ainda para esse autor, alguns fatores foram fundamentais para a constituição da noção territorial como uma abordagem privilegiada ao invés da ideia de desenvolvimento regional. O primeiro fator refere-se ao esgotamento teórico e prático da abordagem regional, que torna evidentes os limites da noção de região como unidade de referência para se pensar as ações e políticas públicas destinadas à promoção do desenvolvimento rural. Um segundo fator refere-se à entrada de novos critérios de julgamento e avaliação do que poderia ser definido como desenvolvimento, tais como as noções de sustentabilidade ambiental e qualidade de vida, que passaram a vigorar e a se legitimar especialmente na década de 80. Um outro fator que pode ser citado como motivo importante para a emergência da abordagem territorial está baseado no questionamento crescente da dinâmica setorial de ramos da atividade econômica.

A política de desenvolvimento territorial inscreve-se no âmbito estratégico dessa nova concepção de desenvolvimento rural, simbolizando a emergência de uma nova lógica de ordenamento do território. Ela visa instaurar um novo quadro de gestão na função pública, implicando o Estado e o conjunto dos atores sociais. Pode-se ressaltar, entre outras coisas, que esta política visa, por conseguinte, a aplicação de dispositivos visando facilitar a participação dos atores locais no processo de desenvolvimento dos territórios rurais.

Falamos frequentemente da abordagem territorial para qualificar os novos modos de intervenção, notadamente aqueles ligados aos temas do desenvolvimento fundado na gestão pública mais participativa, que privilegie uma ação pública de parceria, contratual, etc. Compreendemos, portanto, que analisar o território e as suas novas interpretações implica interrogar-se sobre a legitimação e a importância desta abordagem na perspectiva de construção da política de desenvolvimento rural.

É nesse novo cenário que ganham destaque iniciativas como a descentralização das políticas públicas; a valorização da participação dos atores da sociedade civil, especialmente ONGs e os próprios beneficiários; a redefinição do papel das instituições; e cresce a importância do poder público, notadamente as prefeituras locais e os atores da sociedade civil (SCHENEIDER, 2004).

Cada vez mais os territórios vão-se tornando verdadeiros atores, em virtude da interação que promovem entre os conhecimentos das empresas, dos representantes eleitos, do setor associativo local e dos próprios órgãos do Estado (BEDUSCHI E ABRAMOVAY, 2003).

No Brasil, essa concepção de desenvolvimento territorial desenvolveu-se progressivamente nos anos 2000, com um discurso nas instituições governamentais favorável à abordagem territorial do desenvolvimento e das políticas públicas, associado muitas vezes às ideias de desenvolvimento regional e local, e que foi assumido inclusive pelos governos estaduais e municipais (DELGADO, BONNAL E LEITE, 2007).

A partir de 2003, foi criada a PNDR no Ministério de Integração Nacional (MIN) que definiu as mesorregiões diferenciadas como seu objeto prioritário de atuação, tendo em vista a redução das desigualdades sociais e regionais no país. Nesse mesmo período, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por intermédio de

sua Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), estabeleceu uma política de desenvolvimento territorial, através da criação de Territórios Rurais Sustentáveis.

Segundo Delgado, Bonnal e Leite (2007), podemos dizer que a grande importância da constituição de espaços de participação com enfoque territorial reside no fato de este espaço poder agregar diferentes políticas públicas. Conforme constatam os autores "deveríamos considerar as arenas decisórias e os espaços públicos institucionais existentes não apenas como espaços de representação e participação dos atores no processo da política, mas também de possível articulação dos programas existentes" (DELGADO, BONNAL E LEITE, 2007; p. 04).

Em 2007, época da formatação do PPA 2008-2011, emerge, mantendo o caráter normativo da proposição anterior, a proposta da construção dos chamados "*Territórios da Cidadania*" (Brasil.MDA/SDT, 2007), que começam a se articular no ano de 2008, com a criação ou reestruturação dos espaços - já existentes ou não - de participação e a escolha de um articulador do território, responsável por dinamizar a política territorial e mobilizar os diferentes atores sociais presentes no território. Ou seja, a política de desenvolvimento territorial rural, coordenada pelo MDA, ganha novo ímpeto com a criação do Programa Territórios da Cidadania, em 2008, com o objetivo de "promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável" (BRASIL, 2008, p. 01).

Uma das grandes questões quando se pensa em desenvolvimento rural na atualidade refere-se à questão do protagonismo dos atores sociais e sua participação política, portanto ressalta-se a importância dos espaços de participação social criados nos últimos anos.

Assim, o Colegiado Territorial (também denominado Fórum ou Conselho), é uma institucionalidade que reúne representantes do poder público e da sociedade civil atuantes no território, com o objetivo de ampliar a participação social, a representação das organizações que compõem o território e a articulação necessária para a gestão social das políticas públicas.

Os Colegiados Territoriais são normalmente compostos por: 1) Plenária - instância máxima de deliberação; 2) Núcleo Dirigente – instância gerencial e diretiva; 3)

Núcleo técnico – instância de apoio técnico ao colegiado territorial e; 4) Câmaras Temáticas ou Comitês Setoriais – que discutem temas pertinentes à realidade.

Além dos Colegiados Territoriais, a gestão dos territórios é feita por um Comitê Gestor Nacional e por um Comitê de Articulação Estadual. A Coordenação fica sob a responsabilidade do Comitê Gestor Nacional, que é composto pelos Ministérios parceiros do Programa.

Anualmente, é apresentada uma Matriz de Ações em cada território. Essa matriz envolve um “[...] conjunto de propostas ou de ações do governo federal para o território, com dados descritivos e metas físicas e financeiras territorializadas” (MDA, 2009, p. 05). Com base nessa matriz, o Colegiado inicia o que o Programa chama de Debate Territorial, cujo resultado é a indicação de demandas e/ou prioridades. “Este também é o fórum para definir uma agenda de articulação do Colegiado Territorial com as instâncias municipais para o atendimento das demandas específicas” (MDA, 2009, p. 05). Cada território deve indicar, com base na matriz apresentada, 06 (seis) ações consideradas prioritárias, entendendo prioridade na perspectiva do próprio território.

Esse espaço do Colegiado Territorial cria um ambiente que possibilita a relação entre Estado e sociedade, razão pela qual é o espaço priorizado no âmbito da estratégia de desenvolvimento territorial. Percebe-se não é a formalização que garante a legitimidade ou a força do Colegiado, mas essa legitimidade é garantida pela força desse espaço enquanto espaço de representação e de reconhecimento de uma determinada política pública de gestão do desenvolvimento rural sustentável.

Nesse formato institucional prevê-se que a participação da sociedade civil, via representação política, é fundamental para o êxito das deliberações e, conseqüentemente, para a dinamização do território. Portanto, entender a maneira como essa representação aparece é de fundamental importância para a discussão das políticas públicas e para a reflexão sobre as estratégias de ação dos movimentos sociais.

Movimentos sociais e representação política

A dinâmica representativa nos espaços de participação tem se tornado um grande desafio a ser enfrentado por analistas, já que movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil têm de aprender e apreender esse novo formato institucional de

relação com o Estado. Na medida em que compõem o aparato decisório do Estado, os conselhos, fóruns, orçamentos participativos e colegiados articulam no seu espaço os representantes escolhidos em pleitos eleitorais, via partidos políticos (os governantes e seu bloco de ocupantes de cargos de confiança e funcionários), e os representantes da sociedade civil, via os mais diferentes movimentos sociais e organizações.

Portanto, uma gama de estudos começou a ser feita de forma a introduzir a discussão sobre representação política no interior desses espaços. Mas, mesmo que estes estudos tenham tentado introduzir discussões sobre representação para entendê-los, muitos têm utilizado de teorias normativas que, na verdade, buscam dizer como os representantes deveriam ser e não como eles realmente são e por quê são e agem de uma forma e não de outra.

Segundo Carlos (2011), a inserção de movimentos sociais nesses novos arranjos institucionais desafia os atores sociais para novas práticas e relações com o Estado. Assim, como observa Latour (1994), todo o contexto social é constantemente revirado e misturado, essa mistura é que tece o nosso mundo. Portanto, há a necessidade de constantemente rever as teorias que vão fundamentar e buscar entender determinadas realidades e contextos.

Nesse sentido, optou-se por trabalhar com a abordagem da sociologia relacional que tende a observar os fenômenos a partir de suas interações sociais. A sociologia relacional tem como pressupostos analíticos os processos e não os resultados, permitindo focar em um patamar analítico as relações sociais, ao invés dos atributos individuais. Dados relacionais envolvem contatos, vínculos e conexões que relacionam os agentes entre si e não podem ser reduzidos às propriedades dos agentes individuais (EMIRBAYER, 1997). Assim, uma das potencialidades da abordagem relacional é que, ao focalizar as relações entre os atores, ela possibilita uma perspectiva de análise que rompe as fronteiras institucionais e apreende como atores posicionados em diferentes contextos institucionais se relacionam e, a partir da configuração destes relacionamentos, como são produzidos determinados resultados em termos de políticas públicas (MOURA E SILVA, 2008). Através da abordagem relacional é possível questionar a apreensão unificadora dos atores sociais, que deixa de perceber a sociedade civil como um espaço de diversidade, de relações de poder e de conflitos, no qual se

encontram e intervêm atores marcados por diversas orientações e mantendo diferentes relações com a democracia (SILVA, 2006).

Para Elias (2000), os indivíduos existem nas figurações, ou seja, em um determinado contexto específico. Por outro lado, os indivíduos criam esta figuração, transformando-a a partir do cotidiano. Para ele, “a rede de interdependências entre os seres humanos é o que os liga. Elas formam o nexos do que aqui é chamado configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes” (ELIAS, 1994; p.249). Vale ressaltar que Elias destaca a dinâmica da configuração humana e os seus processos constitutivos. As relações interdependentes estabelecidas entre os indivíduos dos diferentes grupos (ou sociedades) definem diferentes configurações (quadros) sociais. Tais relações são entendidas como “relações de poder”, não só no sentido de detenção dos meios de produção (ou poder econômico), mas, sobretudo, como “diferenças no grau de organização dos seres humanos implicados” (ELIAS, 2000; p.21). Ainda para Elias, a convivência dos atores sociais num dado espaço pressupõe relações de interdependência que podem ser denominadas de configuração, o que para ele constitui uma dinâmica relacional, repleta de contradições e tensões que implicam lugar e posição social como: propriedade, trabalho, classe, etnia, gênero, geração, instinto e afeto.

Para Bourdieu (1989), as lutas políticas ocorrem num campo estruturado e estruturante que se constitui como campo de forças relacional. No campo político, é através da concorrência direta entre os agentes que são gerados “produtos políticos” (problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos) entre os quais os cidadãos comuns devem “escolher”, de tal maneira que a vida política pode ser descrita como um mercado de bens regido pela lógica da oferta e da procura. Com o conceito de campo (Bourdieu), é possível escapar ao equívoco de tratar representantes da sociedade civil e do Estado como “personagens” que seriam homogêneos, unificados e orientariam sua ação para um sentido pré-determinado que poderia ser deduzido de algum modelo teórico normativo. Ao contrário, com o conceito de campo, tanto Estado quanto movimentos sociais se tornam espaços de disputa, estruturados a partir de relações de poder mais ou menos simétricas, no qual estão envolvidos diversos atores, orientações, objetivos e interesses (BOURDIEU, 1989; SILVA, 2006).

Portanto, essas reflexões sugerem essa forma de representação política, que, conforme Lüchmann (2008), é uma representação coletiva que está ancorada na legitimidade das organizações em promover, de diferentes formas, a defesa das variadas "causas" sociais e de demandas de grupos e setores sociais historicamente excluídos dos processos de decisão política. Neste sentido, a literatura utilizada para a elaboração deste estudo indica que a representação nesses espaços deve ser entendida pela forma de atuação dos conselheiros, ou seja, a representação deve ser pensada como um processo relacional e diferenciado, em que o processo de autorização não passa somente pela eleição, mas, na maioria dos casos, os representantes são indicados de forma coletiva pelos seus pares.

Esses representantes falam em nome de um determinado grupo social que necessita de um porta-voz para expor seus interesses e demandas para a formulação de políticas e/ou destinação dos recursos públicos. Entender essa representação ainda é um desafio, ou mesmo “uma questão insolúvel que a filosofia política nunca tentou desembaralhar” (LATOUR, 1994; p. 34). Como entender se o representante fala em seu nome ou em nome daqueles que o autorizam? De fato, o representante é quem fala, mas são os representados que “falam” através dele. Latour (1994) identifica essa problemática a partir de uma leitura sobre Hobbes, em o Leviatã, em que se “define um cidadão nu e calculador” (p. 34) que seria o Leviatã.

O soberano torna-se seu porta-voz, sua persona, sua personificação. Ele traduz os cidadãos e portanto pode traí-los. Estes últimos o autorizam e portanto podem interdita-lo. O Leviatã é feito apenas de cidadãos, de cálculos, de acordos e disputas. Resumindo, é feito apenas de *relações sociais*. (Latour, 1994: 34; grifo nosso).

Do ponto de vista relacional, o ato da representação, na medida em que é eficaz, é um momento fundamental da construção simbólica daqueles em nome de quem o representante pretende falar. Ou seja, os interesses da “base” são, em grande medida, construídos pelo próprio representante no processo de representar os interesses que ele apresenta como sendo os interesses dessa “base”.

Ao entender que o representante é fruto da construção do grupo, constata-se que os interesses são construídos e reconstruídos constantemente e, ao contrário, não têm uma característica essencial que faz com que determinados grupos sociais tenham um interesse pronto. Como observa Miguel (2003), a teoria normativa sobre representação política tende a considerar um interesse predeterminado e que, portanto, os

representantes teriam que considerá-lo no processo de representação. O interessante é notar que os interesses são construídos e reconstruídos constantemente.

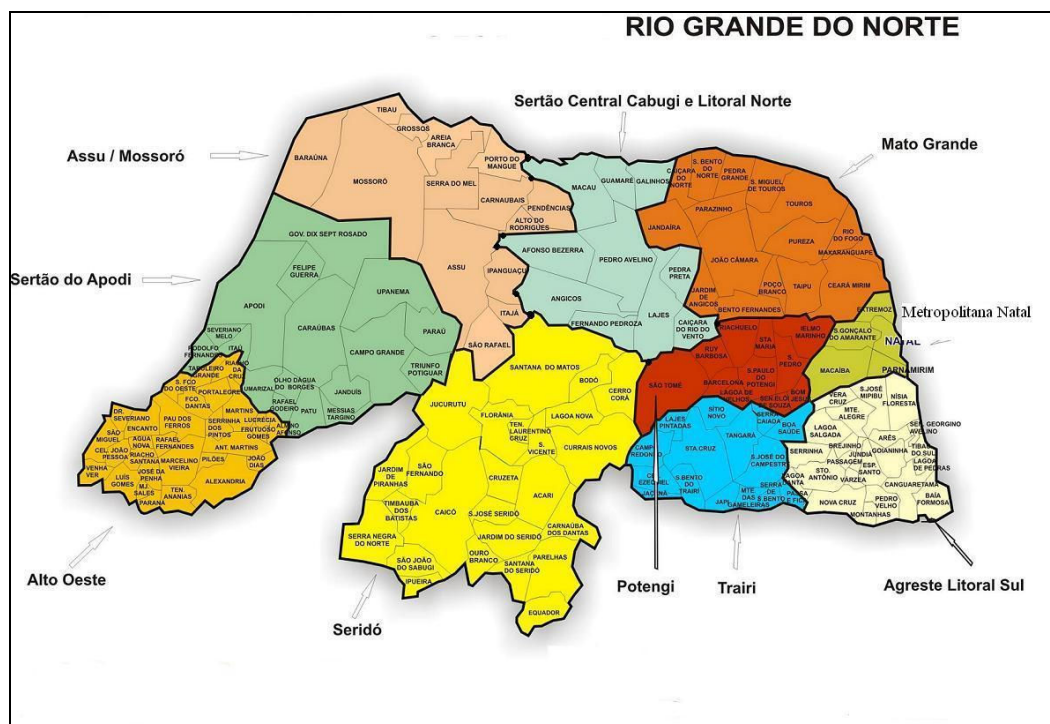
É partindo desse amplo espectro de leituras que constituiu-se o eixo fundamental de análise das informações e observações colhidas na pesquisa de campo.

O Território Mato Grande e a construção do Colegiado: representação política e estratégias dos movimentos sociais

Localizado a Noroeste da capital Natal, o Mato Grande é um dos territórios apoiados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário- SDT/MDA. O Território do Mato Grande é composto por 16 municípios: Ceará-mirim, Maxaranguape, Rio do Fogo, Touros, São Miguel do Gostoso, Pedra Grande, São Bento do Norte, Caiçara do Norte, Jandaíra, Parazinho, João Câmara, Pureza, Bento Fernandes, Poço Branco, Taipu e Jardim dos Angicos.

A figura I situa o território Mato Grande no contexto do estado do Rio Grande do Norte.

Figura 01. Rio Grande do Norte e as divisões por Territórios



Fonte: PTDRS, 2006.

O território apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano- IDH de 0,625, constituindo-se na região com o IDH mais baixo do Rio Grande do Norte.

A população do Território do Mato Grande é de 226.408 habitantes, dos quais 109.921 residem na zona urbana e 116.420 residem na área rural. Dos dezesseis municípios que compõem o território, nove deles têm população menor que 10.000 habitantes e apenas quatro apresentam população inferior a 5.000 habitantes (PTDRS/MDA, 2006).

O Território apresenta uma área geográfica total de 5.758,6 km², representando 10,9% da área do estado. Caracteriza-se por ser um território tipicamente rural, com densidade demográfica de 36,07 habitantes/km², bem inferior à média do Estado que é de 59,99 habitantes/km² (PTDRS/MDA, 2006).

A dinâmica econômica do território é atrelada à produção agropecuária e a negócios não agrícolas que ocorrem em cidades com menos de 10.000 habitantes. O território apresenta tendência para a agropecuária, dentro de um modelo de produção com base na grande propriedade, pois a concentração fundiária da região é muito alta. Esta realidade motivou os movimentos sociais a realizarem uma forte ação na região que culminou com a desapropriação de muitas áreas improdutivas que foram convertidas em assentamentos de reforma agrária.

O Colegiado Territorial do Mato Grande foi criado em 2005, com o objetivo de fazer parte do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR). O Colegiado é composto por representantes dos governos federal, estadual e municipal, representantes da agricultura familiar, representantes dos movimentos sociais, representantes das organizações não-governamentais, representantes de sindicatos, representantes de comunidades tradicionais, representantes de universidades e representantes de entidades colegiadas.

O Colegiado do Mato Grande tem a seguinte composição conforme a tabela 01, a seguir.

Tabela 1. Composição do Colegiado Territorial do Mato Grande, 2012.

| Poder público | Sociedade civil |
|---|--|
| Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA | Associação comunitária do amarelão |
| Representantes das dezesseis prefeituras dos municípios do Território | Fórum de associações de João Câmara |
| Organizações públicas | Ass. dos Prod. Agrícolas de Bebida Velha |
| Banco do Nordeste | Fórum de Associações |
| UFRN | Associação dos Criadores de ABELHA |
| IFRN | Associação de Produtores de Aracati |
| EMATER | Fórum de Desenvolvimento de Políticas Públicas |
| | FETARN |
| | FETRAF |
| | Associação da Ana de João Câmara |
| | ONG TECHNE |

| | |
|--|-----------------------------|
| | ONG ARCO |
| | ONG Produtec |
| | MST |
| | Marcha Mundial de Mulheres |
| | Representantes de treze STR |
| | Instituto Defender |
| | COOAPAZ |
| | COAFES |

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Um dado interessante é o número significativo de entidades ligadas à agricultura familiar, que vão desde associações de produtores, movimentos sociais, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Organizações Não-Governamentais, até à presença do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Isto fortalece um determinado setor nas discussões, mas inibe o que seria o objetivo maior do Colegiado, que é discutir questões referentes a todos os setores no Território, já que a discussão territorial visa minimizar a dicotomia entre o rural e o urbano. Esse fato também interfere fortemente na representação, já que constantemente o Colegiado é visto como espaço de representação da agricultura familiar e não de demais grupos sociais.

A representação elevada dos agricultores familiares fortalece a questão da identidade do território ser a “agricultura familiar”, além de revelar um quase monopólio do debate por estes representantes, limitando as discussões a questões relativas à atividade agrícola pertinente a esse grupo. Define-se então o “nós-agricultores familiares” em relação ao “eles-Estado”, um Estado que na maioria das vezes não se encontra presente nas reuniões, dificultando o processo de gestão compartilhada das ações públicas. Ou seja, apesar de teoricamente o poder público estar representado, na prática isso não vem acontecendo. Essa baixa participação de representantes dos três níveis de governo denota uma parceria frágil entre governo e sociedade civil, situação prejudicial ao processo de desenvolvimento. Afinal, são os atores do poder público que entram com as contrapartidas ao processo, seja com repasses financeiros, programas de capacitação, investimento em infraestrutura, dentre

outros auxílios. A falta de presença do poder público se reflete no funcionamento da dinâmica de organização do Colegiado, já que o debate acaba centrado nas organizações dos agricultores familiares, dificultando a interação Estado-sociedade.

Na tabela a seguir, apresentamos a relação dos entrevistados e as principais características relacionadas à temática do estudo.

Tabela 02. Entrevistados representantes de movimentos sociais no Território Mato Grande/RN e suas características relevantes

| Movimento que representa | Características relevantes |
|--|--|
| Movimento de economia solidária | Tem graduação em Cooperativismo. Já participou do movimento estudantil, entrou no movimento por causa do marido que é ativista. Faz parte da coordenação do Fórum Potiguar de Economia Solidária. Trabalha na AACC* junto com Erasmo e Álvaro. |
| Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST | Assentada. Tem graduação em História. Pai e mãe são militantes do MST. |
| Movimento de economia solidária | É agricultora familiar, assentada e agente de desenvolvimento local no município em que mora. Faz parte da direção da COAFES**. |
| Marcha Mundial das Mulheres-MMM | Doutoranda em Filosofia. Participou do movimento estudantil. Faz parte de partido político. |
| Movimentos de economia solidária | Graduado em cooperativismo. Mestrando em Estudos Urbanos e Regionais. Já participou de movimento estudantil. Trabalha na AACC. |
| Movimento Sindical | Assentada |
| Movimento cooperativista | Assentado. Foi articulador do Colegiado. Participa de 02 cooperativas relacionadas à agricultura familiar, pesca artesanal e economia solidária. |
| Movimento sindical | Um dos diretores da FETARN, trabalha com formação de jovens. |

Fonte: elaboração própria a partir de dados das pesquisas, 2012.

*Associação de Apoio a Comunidades do Campo no RN

** Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária

A leitura da tabela permite perceber que os diversos representantes dos movimentos sociais têm trajetórias diversas, mas destaca-se a forte participação em movimentos sociais, alguns participaram diretamente do movimento estudantil, onde começaram a socialização prévia na representação política. Deve-se ressaltar também o fato de quatro representantes serem assentados e envolvidos com a discussão da luta pela terra, mesmo não fazendo parte diretamente de movimentos relacionados a essa temática. Isso mostra o envolvimento desses atores nas discussões mais gerais sobre regularização fundiária, fazendo coro ao apelo do MST, que mesmo não estando presente nas reuniões do Colegiado, mobiliza grande parte da agenda pública sobre reforma agrária no país.

Percebe-se também a influência familiar na concretização de ideais democráticos dos representantes. Muitas vezes o marido e/ou os pais foram os dinamizadores de concepções de indignação com a sociedade contemporânea, fazendo com que essas pessoas criassem uma percepção reflexiva e crítica sobre o funcionamento das estruturas sociais. Assim como as escolas, o convívio familiar socializa as pessoas e, neste sentido, são espaços em que podem ser criados valores importantes para a construção de uma identificação com o coletivo. Essas trajetórias constituem uma variável significativa para a apreensão de como se constroem o discurso e o próprio processo de representação política dos movimentos sociais nos espaços de interlocução com o Estado.

Conforme a linha de análise desse artigo, percebe-se que o engajamento dos atores sociais em espaços de participação é acompanhado por processos de reelaboração e ressignificação discursiva acerca da relação sociedade-Estado (CARLOS, 2011). Mas em que medida a introdução da discussão territorial resultou em diferentes formas de organização dos movimentos sociais? A partir da análise das entrevistas, identificou-se que para alguns movimentos mais consolidados, como o caso do MST, a entrada da discussão territorial na agenda pública pouco ou quase nada modificou as estratégias de ação do movimento. Trata-se de ressaltar que o MST tem demandas que tendem a ser universais no que tange à redistribuição de terra no país, que, independente do foco territorial ou local das políticas, permanece na pauta do movimento. Obviamente, as formas de organização, as relações e as ações acontecem no espaço (FERNANDES, 2005) e, portanto, é importante entender a própria construção de um determinado território.

O MST atualmente não participa do Colegiado Territorial do Mato Grande. Quando questionada sobre os motivos da não presença nesse espaço, a representante destaca o processo de reconstrução que o movimento está passando, um processo de avaliação da própria atuação em espaços de participação social, ou seja, seus dirigentes estão buscando rever a postura de atuação do movimento. Na verdade, percebe-se pela entrevista que o MST, no Rio Grande do Norte, ainda não tem muita clareza da necessidade de participar do Colegiado do Mato Grande. Um dos fatores para a não participação nesses espaços pode estar relacionado à articulação que o MST tem com partidos políticos, especialmente com o PT, mas também com uma série de entidades, como sindicatos e associações. Em certa medida, o movimento tem uma rede social bastante fortalecida que facilita, em alguns casos, o acesso ao poder público, sem que precise formalmente estar presentes nos espaços de participação social. Isso pode demonstrar, conforme salienta Dagnino (2004, p.100), um dilema enfrentado pela entidade que questiona o seu próprio papel político: “o que estamos fazendo aqui”? “Que projeto estamos fortalecendo”? “Não ganharíamos mais com outro tipo de estratégia que priorizasse a organização e a mobilização da sociedade, ao invés de atuar junto com o Estado”?

Portanto, vale ressaltar a necessidade de introduzir a discussão sobre as relações entre Estado e movimento social, que, muitas vezes, não são simplesmente relações opostas, mas são padrões de relação complexos, mediados por partidos políticos (SILVA E OLIVEIRA, 2011).

Ao contrário do MST, uma representante do movimento de economia solidária percebeu que houve uma modificação na estratégia do movimento a partir da perspectiva territorial, mas que ainda não está bem trabalhada na base. Segundo ela,

Houve uma modificação, mas ainda sem muita discussão da base, ainda não está bem discutido. (...) A plenária vai discutir território e territorialidade no campo da economia solidária. Porque no âmbito nacional enquanto política, os Ministérios estão discutindo o desenho do território, mas muitas vezes o território não contempla as formas de organização da economia solidária.

Ou seja, existe a necessidade de se perceber qual âmbito de atuação dos movimentos sociais, já enfatizado por Romano e Delgado (2002). Os autores destacam a importância e potencialidade de uma abrangência territorial, porém acreditam que é necessário reconhecer a diversidade de relações e situações em que estão inseridos os

movimentos sociais. Muitas vezes o âmbito da institucionalidade da política é completamente diferente da ação e organicidade dos movimentos.

Segundo Melucci (1989), devem ser observadas as estruturas internas organizacionais, mas também as relações com demais atores sociais, especialmente a relação com os atores em polos opostos.

A entrevistada da Marcha Mundial de Mulheres, apesar de não participar do espaço do Colegiado, ressalta que o movimento tem assento nesse espaço através de uma outra representante. Para ela, é imprescindível a participação das mulheres nesses espaços, principalmente porque empodera a mulher e faz com que ela adquira um poder até então monopolizado pelos homens. Nas palavras da entrevistada,

nós temos incentivado as mulheres a participarem das associações. Para você ter uma ideia tem uma militante nossa lá do Mato Grande de São Miguel do Gotoso. No início a associação lá, só valia o voto do chefe da casa, a figura do homem, só ele que podia ir para reunião da associação e só ele que votava. Por uma pressão das mulheres, que foram se organizando (...), começaram a conversar e perceberam que elas tinham também que ir lá, não só para discutir, mas que também queriam votar. Isso provocou uma mudança...

Reafirma-se a articulação que o movimento faz para atingir mulheres em várias comunidades proporcionando reflexões acerca do seu papel na sociedade. Nesse caso citado, a militante de São Miguel do Gotoso se apropriou desse espaço do Colegiado para afirmar o posicionamento das mulheres enquanto construtoras do processo de discussão territorial.

Do ponto de vista da política pública, que cria esse espaço e incentiva a mobilização, pode-se dizer que há uma transformação na estrutura das organizações da sociedade, reflexo de uma ação do Estado, ou seja, percebe-se o Estado enquanto promotor de uma modificação estrutural na própria sociedade. Mesmo que haja movimentos sociais, como no caso do MST, que não modificam suas estratégias em virtude de determinadas espacialidades que se tornam focos de políticas, outros movimentos tendem a reorganizar um novo discurso que incorpore as novas estratégias do Estado.

Nota-se que os movimentos sociais são balizados, muitas vezes, pelas próprias políticas públicas existentes. Nesse sentido, quando uma política para o meio rural estabelece que o foco agora é o território, os movimentos tendem a trabalhar a formação da base a partir dessa nova concepção

A pesquisa conseguiu identificar que aqueles representantes que mais participam são os detentores de um capital político construído através da participação em outras organizações e espaços públicos, ou seja, de novo o papel central da trajetória dos representantes, já destacado anteriormente.

A maior parte dos representantes dos movimentos sociais acumula um longo período de experiência em processos de ação coletiva, além de já ter exercido cargos de direção. Acredita-se que essa aprendizagem é fruto do exercício contínuo e frequente da práxis participativa. O representante vai aprendendo as regras do jogo político. Para o representante do movimento de economia solidária, “a representação você não aprende em um manual, acho que é a prática. Participação é isso, prática. (...) Até aonde eu sei, os colegiados funcionam melhor onde já se tem uma prática de participação”. Por isso, é preciso problematizar a postura dos dirigentes, pois existe uma dificuldade de se renovar as lideranças; em determinados segmentos existe a cristalização da representação (BOURDIEU, 1987).

As organizações escolheram pessoas que eram mais maduras, melhor capacitadas e que fazem parte da cúpula dirigente da organização, de modo a terem melhor preparo para entender os assuntos tratados e participar com desenvoltura nas reuniões, ou seja, pessoas que detêm um capital político. Assim é que, das cinco entidades que foram entrevistadas, todos os representantes foram indicados para a participação nas reuniões devido a uma trajetória política de lutas e participação em diferentes organizações sociais.

O representante do STR de Ceará Mirim reafirma a importância da participação em outros espaços.

(...) eu sempre participei de associações, né, ainda adolescente, organização estudantil. (...) também já vinha participando da área de assentamento, já estava no assentamento, né, participando do programa da reforma agrária do Estado, como assentado, então eu vi a oportunidade de participar nas discussões do Colegiado. (...) Participar é um exercício, né, tem que falar com todos, falar quase a mesma língua. É evidente que quando temos as lideranças mais antigas, né, que tem uma experiência maior, (...) sempre se colocam mais.

Um dado interessante é a diferenciação entre aqueles movimentos que se organizam a partir de demandas comuns, como, por exemplo, o MST, em que o representante é construído no seio do grupo por demandar as mesmas do restante do

grupo, no caso, a demanda por terra, e, por exemplo, da Marcha Mundial de Mulheres, que não necessariamente sofre de injustiça ligada a questão de gênero, mas se interessa pela causa. Ou seja, são formas de representação diferenciadas (MOURA, 2009). É importante destacar esse aspecto da representação porque na própria fala dos entrevistados isso aparece como fonte da legitimidade. Por exemplo, quando questionada sobre o papel de um representante, a líder do MST responde claramente essa ligação forte com a base. Segundo ela, “os representantes do movimento são pessoas que surgiram da base, portanto representam e compõem ao mesmo tempo” .

Dos três entrevistados representantes do movimento de economia solidária, dois não fazem parte dos atores sociais beneficiários de políticas; são pessoas que se interessaram pela causa e resolveram lutar por ela. Somente uma entrevistada é agricultora familiar e cooperada. Os dois que não são beneficiários da política percebem o momento da representação como um processo mais técnico. De acordo com a fala de um deles,

Para mim o representante é a pessoa referência. É a pessoa que foi delegada por uma base por um determinado número de pessoas para estar representando essas pessoas. Então precisa ser respaldado, ele precisa ter respaldo, ele precisa ser conhecedor daquilo que ele está defendendo, que ele está representando.

Desse ponto de vista a representação pode estar relacionada ao entendedor ou mesmo a um especialista na temática. O representante se traduz num fazedor de símbolos, na medida em que faz com que a base o aceite através de sua atividade (PITKIN, 1967). Muitos representantes componentes de diversos espaços se consolidaram construindo interesses e demandas de determinados grupos sociais que começam a tomar consciência de uma nova identidade grupal, a partir das mobilizações organizadas por essas lideranças (KYIOTA, 2007). Isso pode indicar, muitas vezes, a dificuldade de articulação com a base. Em outro momento, a própria entrevistada sinaliza essa fragilidade quando afirma que “*o cotidiano impossibilita esse feed back.*”

Sob o ponto de vista do olhar crítico de um outro representante do movimento de economia solidária, ele discorre sobre a maneira como o movimento vem lidando com a representação afirmando que “comunicação é poder, esses representantes passam as informações já traduzidas, do jeito que eles querem. Isso não é representação construída, a representação é frágil”.

O que interessa, para fins deste trabalho, é entender que a representação é um processo que envolve uma relação. Nas entrevistas essa questão apareceu muito fortemente, especialmente no fato da dificuldade que os representantes vêm tendo de lidar com as políticas públicas e os diversos espaços que vão sendo criados, demandando a sua representação e não sobrando tempo, portanto, para uma relação mais próxima da base. Do ponto de vista de alguns entrevistados, a representação vem de cima para baixo, é a política pública que determina onde e como devem agir esses representantes, dificultando o entendimento desse processo, como um processo complexo e diferenciado da representação tradicional.

As transformações políticas que vêm acontecendo no mundo rural, reflexo de uma série de políticas públicas, que, muitas vezes, não estão em sintonia, repercutem diretamente na representação dos atores sociais inseridos em um determinado contexto. Vide a centralidade do Colegiado Territorial em detrimento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. As configurações acabam sendo responsáveis pelos diferentes modos de ação dos movimentos sociais.

Considerações finais

Resgatando o argumento central desse artigo, que tenta articular a representação dos movimentos sociais com a discussão sobre territorialidade, algumas considerações merecem ser enfatizadas.

Primeiro, conforme Delgado, Bonnal e Leite (2007), essa mudança no enfoque de desenvolvimento rural operado pela política pública pode ser compreendida dentro de um contexto de mudança na forma de pensar os próprios processos de desenvolvimento. Entretanto, percebe-se, no Mato Grande, que este debate ainda é tido como incipiente e as tentativas ainda estão emergindo. Mesmo que os atores que fazem parte do tecido social do território saibam da necessidade de se criar um ambiente de discussão que se articule aos outros espaços de participação presentes em todos os municípios, isso atualmente não vem acontecendo no território.

Outro aspecto que merece destaque é a questão da representação. As principais indicações obtidas demonstram que a representação política dos movimentos sociais no Colegiado ainda se mostra um entrave, já que nem todos os representantes conseguem

ter o respaldo necessário da base para serem legitimados. Portanto, essa legitimação se ancora muito mais na experiência política do porta-voz de participação em outros espaços de discussão.

Uma tensão permanente aparece quando os representantes são obrigados a fazer negociações que muitas vezes não foram aquelas definidas no grupo. Conseqüentemente os membros do grupo podem não se sentir representados e, portanto, a representação perde a base na mesa de negociação. Ou seja, este é um dilema sempre presente no ato da representação: a regra da mesa de negociação é distinta das regras da base.

O Colegiado visto como um espaço em que todos teoricamente teriam o mesmo poder de discutir acaba sendo dominado por aqueles representantes que detêm uma trajetória de lutas baseada na participação em cooperativas, associações, movimentos sociais e partidos políticos. Entretanto, percebe-se que novas lideranças também vão sendo construídas no processo de representação no Colegiado.

Com relação às mudanças nas ações dos movimentos sociais em prol das perspectivas territoriais, entende-se que as políticas públicas muitas vezes acabam definindo as estratégias dos movimentos, mas o inverso também acontece: as políticas podem ser modificadas de acordo com a ação dos movimentos sociais. Os movimentos sociais no Mato Grande ainda estão se adequando a essa nova problemática, ao novo espaço (Colegiado) e aos novos atores envolvidos.

No trabalho, percebeu-se que as ações dos movimentos sociais pautam-se nas próprias ações do Estado, ou seja, na medida em que o poder público cria novos espaços de participação social, novos desafios são impostos aos movimentos. No caso estudado, os movimentos sociais recriam estratégias e reformulam interesses pautados nessas novas perspectivas de espacialidade, no caso os territórios rurais. A representação política no espaço do Colegiado Territorial apresenta-se como um fator importante na condução das políticas públicas territoriais, mas que ainda depende de uma forte mobilização da sociedade civil.

Com relação à discussão do desenvolvimento territorial, percebe-se que este ainda é tido como incipiente e as tentativas ainda estão emergindo, mas nota-se que é preciso criar um ambiente de discussão que se articule aos outros espaços de participação presentes em todos os municípios. Esses espaços são fundamentais para as

mudanças nas relações entre Estado e sociedade, especialmente quando falamos de uma parte da população que nunca teve acesso à discussão e elaboração de políticas públicas.

No caso dos agricultores familiares, percebe-se que uma maior ou menor participação dos representantes dos agricultores familiares e o seu poder de barganha não dependem de um único fator, mas de vários, em especial do grau de organização da categoria e de sua trajetória política. Dependem ainda do apoio governamental e de apoios externos (mediadores, ONGs). Ou seja, a natureza dessa participação, seus limites e potenciais encontram-se, direta ou indiretamente, relacionados a uma configuração social, política, institucional e mesmo cultural, seja local, territorial ou nacional e que, em certa medida determina a força ou fragilidade dos agricultores familiares e seus representantes.

Bibliografia consultada

BEDUSCHI, L.; ABRAMOVAY, R. Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil. I **Fórum Internacional Território**, Desenvolvimento Rural e Democracia, Fortaleza, 2003, CD-ROM.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe. In: Bourdieu, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria do Desenvolvimento Territorial. *Plano Territorial do Desenvolvimento Rural Sustentável*. Plano de Apoio. Brasília: SDT/MDA, 2008.

CARLOS, E. Movimentos sociais: revisitando a participação e a institucionalização. *Lua Nova*, São Paulo, 84, 2011.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (coord.) *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DELGADO, N.; BONNAL, P.; LEITE, S. desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais. Convênio IICA – OPPA/CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 2007. Disponível em: <http://www.eduardoferrao.com.br/oppa/acervo/publicacoes/IICA-OPPA-Desenvolvimento_territorial-Articulacao_de_politicas_publicas_e_atores_sociais.pdf>. Acesso em: 03 jul 2011.

ELIAS, N. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000.

_____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

EMIRBAYER, Mustafa. “Manifesto for a relational sociology”. *American Journal of Sociology*, Vol 103 N°2, 1997.

FERNANDES, B.M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. In: *Revista NERA*, v. 8, n. 6, jan-jun, 2005.

KIYOTA, Norma. A Representação dos agricultores familiares em espaços de participação social no sudoeste do Paraná. *Tese de doutorado*. PGDR/UFRGS, Porto Alegre, 2007.

LATOURETTE, B. *Jamais fomos modernos*. Ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LUCHMANN, L. Participação e representação nos conselhos gestores e no orçamento participativo. *Cadernos CRH*, vol.21, n.52, Salvador, jan/abr, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Programa Territórios da Cidadania. *Territórios da cidadania: integração de políticas públicas para reduzir desigualdades* (folder informativo), set. 2009.

MELUCCI, A. “Um objetivo para os movimentos sociais?” *Lua Nova*. São Paulo: Junho, 1989.

MIGUEL, L. F. A representação política em 3-D. Elementos para uma teoria ampliada da representação política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, n. 51, fev, 2003.

MOURA, J.T.V. de. A representação política de organizações da sociedade civil nos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional. *Tese de doutorado*. PPGPOL/UFRGS, Porto Alegre, 2009.

MOURA, J.T.V. de; SILVA, M.K. Atores sociais em espaços de ampliação da democracia: as redes sociais em perspectiva. *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, 2008.

PITKIN, Hanna F. *The concept of representation*. Berkeley, CA, Los Angeles, CA and London: University of California Press, 1967.

PTDRS/MDA. Plano de desenvolvimento sustentável do Território Mato Grande, RN. 2006. Disponível em http://sit.mda.gov.br/biblioteca_virtual/ptdrs/ptdrs_territorio055.pdf. Acesso em nov 2011.

ROMANO, J.; DELGADO, N. Os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural como processos sociais. *Mundo rural e cultura*, Rio de Janeiro, MAUAD, 2002.

SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA (org) *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais*. pp.21-37. Embrapa, Distrito Federal, 2002.

SCHENEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun, 2004.

SILVA, M.K. Sociedade civil e construção democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 06, jul-dez, 2006.

SILVA, M.K.; OLIVEIRA, G. de L. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado- Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 28, set-dez, 2011.

VIEIRA, Paulo Freire; CAZELLA, Ademir Antonio. 2008. Desenvolvimento territorial sustentável em zonas rurais: subsídios para a elaboração de um modelo de análise. Disponível em: < http://idrinfo.idrc.ca/archive/corpdocs/123073/123073_7-22_ArtigoRimispFinal.pdf>. Acesso em 26 abr. 2010.

| |
|---|
| Recebido em 19/06/2013 Aceito para publicação em 29/01/2014. |
|---|